

Educação é bem público

18 JAN 1997

Izalci Lucas Ferreira **CORREIO BRAZILIENSE**

As cenas de sacrifício a que centenas de famílias foram submetidas na busca de vagas para seus filhos na rede oficial de ensino exigem conscientização da sociedade e vontade política do governo para que se encontrem, o quanto antes, soluções simples e baratas capazes de garantir, com níveis de qualidade e satisfação, o sagrado direito constitucional à educação.

Como cidadãos de segunda categoria, os pais estão sendo, mais uma vez, forçados a aceitar matrículas onde e como o governo quer, quando têm todo o direito de escolher a escola que considerem melhor para seus filhos. Qualidade de ensino e localização da conveniência da família estão sendo relegadas às disponibilidades e contingências, quando são prerrogativas das pessoas.

A estabilização da economia vem tornando o consumidor cada vez mais exigente em relação a tudo, de produtos a serviços. Ele já entende perfeitamente que vive em regime democrático, sob leis de mercado, em que as escolhas se baseiam em qualidade e preço resultantes da competitividade. Exige, por isso mesmo, igualdade de oportunidade.

Salta aos olhos, hoje, o açodamento com que o governo insiste

em desperdiçar em educação, quando, para grande parte dos problemas, a solução é colocar o ovo em pé, como fez Colombo. A privatização que começou com as siderúrgicas e chega às estradas e telecomunicações, está passando longe da escola.

Ninguém está interessado, como alguns apressados poderiam supor, em comprar grupos escolares, muito menos para se livrar de "moedas podres". O que o setor privado oferece é ensino de maior qualidade e custos inferiores aos da rede estatal, inoperante e refém de corporativismos.

Um dos poucos, setores que se atualizou e se modernizou enquanto o Brasil patinava na "década perdida", atingindo níveis de excelência evidenciados pelos melhores recursos humanos de que o país dispõe, a escola particular coloca à disposição da população menos favorecida toda a sua capacidade ociosa, nos turnos vespertino e noturno, para atender 1º e 2º Graus.

A faculdade de optar entre escola pública e particular, mais que exigência da democracia moderna, é necessidade contemporânea. A escola particular é consciente de que oferece ensino de ponta, orientado por permanente aperfeiçoamento

pedagógico e compromisso com a gestão profissional.

Basta que o governo, em vez de seguir a trilha dos elefantes brancos e mamutes, na qual gasta cada vez mais em instalações caras e ociosas, e banca desvios de funções, ofereça às famílias um cheque-educação, para que elas matriculem seus filhos onde quiserem. Milhares de estudantes pobres têm potencial inensurável e direito líquido e certo a um ensino de melhor qualidade do que o oferecido pela rede estatal.

Com o aproveitamento dessa capacidade ociosa, a escola particular, que já é mais barata e melhor que a estatal, conseguiria reduzir seus custos a patamares ainda mais baixos, com ganhos para toda a sociedade e alívio para a administração pública que se capacitaria a investir mais em centros de excelência.

Educação é um bem público, indispensável ao desenvolvimento do país. Não importa que ela seja prestada pelo setor público ou pelo setor privado. É preciso acabar esse conceito ultrapassado de que a escola tem que ser estatal. Quem tem que decidir isso é a família, com base em seus próprios critérios, e não o governo, ao sabor de conveniências políticas e teimosias ideológicas.

Se isso não se mostra possível, de

imediatamente, que seja dado às empresas o direito de custear os estudos de seus empregados e dependentes abatendo os custos de suas despesas. Isso, por si só, já representaria um extraordinário investimento privado na educação do país.

Um sem-número de empresários se mostra preocupado com a educação dos empregados e seus filhos, mas é punido por querer investir na qualidade de vida das pessoas. A legislação em vigor transforma o que seria estímulo em incorporação salarial. Quer dizer: o que a empresa gostaria de investir, por livre e espontânea vontade, em instrução, vira salário. Sem mencionar o apetite arrecadador do INSS incidente.

É preciso pensar maior o que se convencionou denominar de "custo Brasil". Ele não recai exclusivamente na competitividade dos produtos que compõem a balança comercial. Está aqui mesmo, no meio de nós, a começar da educação. E tem que ser revisto, sob pena de continuarmos em posição de desvantagem em um mundo cada vez mais competitivo.

■ Izalci Lucas Ferreira é presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe/DF) e diretor de Legislação e Normas da Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep)